

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Relatório

**PNUD e PNUMA no âmbito da Ecopolítica:  
institucionalizações e monitoramentos**

**Pesquisadora: Helena Cecília B. B. Wilke**

**Orientador: Prof. Dr. Edson Passetti**

**Fevereiro, 2013**

## **Sumário**

<b>1- Da Cultura de Guerra à Cultura de Paz.....</b>	<b>3</b>
<b>2- A afirmação dos Direitos Universais e o despontar da sociedade de controle.....</b>	<b>5</b>
<b>3- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.....</b>	<b>10</b>
3.1- Programa conjunto da ONU – Segurança com cidadania.....	14
3.2- Outros investimentos.....	17
<b>4- Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente.....</b>	<b>25</b>
4.1- Água.....	30
4.2- Economia Azul.....	33
4.3- Economia Verde.....	34
<b>Referências Bibliográficas.....</b>	<b>41</b>

## Da cultura de Guerra à cultura de Paz

“Por que os homens deixariam de fazer a guerra, quando seu pensamento está repleto dela?”, pergunta Proudhon em seu texto “A Guerra e a Paz”, de 1861.

Para o autor, a guerra e a paz evocam um ao outro, se completam (Proudhon, 2011). “A Paz demonstra e confirma a guerra; a guerra por sua vez, é uma reivindicação de paz”<sup>1</sup>, coloca.

Em sua análise, Proudhon destaca o quão intrínsecos são tais divindades. Dá-nos como exemplo as guerras entre costumes religiosos do passado, tal como no pacto entre o papa e Carlos Magno, em que a fim de se estabelecer a paz acabam por fazer ressurgir a guerra por parte de religiosos que tiveram tal induto de paz como um atentado à suas religiões.

Ainda em “A Guerra e a Paz”, Proudhon sustenta que quando a paz é assinada e garantida, a guerra é substituída pelos interesses que a execram (Proudhon, 2011).

Nem a guerra e nem a paz, desse modo, jamais conseguiriam sobrepor-se totalmente à outra. De acordo, portanto, com análise serial proudhoniana em que não há síntese, e sim uma disputa permanente pela soberania da verdade. Diferente da dialética hegeliana e todas as que se seguiram com caráter pacifista, assegurando um sujeito universal, uma verdade reconciliada e uma estrutura ordenada, como sustenta Foucault (Foucault, 1976).

Michel Foucault, mais tarde, em suas análises sobre o poder, o analisa partindo da guerra e chega à inversão da proposição de Clausewits “A guerra não é mais que a

---

<sup>1</sup> PROUDHON, Pierre-Joseph. "A Guerra e a Paz" in Verve, n. 19, São Paulo, Nu-Sol, 2011, p. 24.

continuação da política por outros meios”, em que sustenta também que “a política é a guerra continuada por outros meios”. Para Foucault, se o poder político para a guerra e faz reinar a paz, não é para suspender os efeitos da guerra, mas para perpetuar as relações de força mediante uma guerra silenciosa, e reinseri-la nas instituições, nas desigualdades econômicas, na linguagem, até nos corpos de uns e de outros<sup>2</sup>.

Foucault nos apresenta, na segunda aula do curso “Em defesa da sociedade”, o discurso histórico-político, o qual chama atenção por ser um discurso que não pretende ocupar a posição do jurista ou do filósofo; posição do sujeito totalizador, universal ou neutro (Foucault, 1976). Tal discurso aparece após o fim das guerras civis e religiosas do século XVI e entende a guerra como relação social permanente (Foucault, 1976). Através desse discurso, entende-se que o poder político, ou seja, as estruturas sociais, estruturas jurídicas e os Estados não se formam quando a guerra cessa.

“ A lei não nasce da natureza, junto das fontes frequentadas pelos primeiros pastores; a lei nasce das batalhas reais, das vitórias, dos massacres, das conquistas que têm sua data e seus heróis de horror; a lei nasce das cidades incendiadas, das terras devastadas; ela nasce com os famosos inocentes que agonizam no dia que está amanhecendo”. (Foucault, 1976)

A guerra, dessa forma, continua estruturando os mecanismos de poder, pois as leis não significam paz. Foucault coloca que a guerra é a cifra da paz e que esta perpassa a sociedade inteira, não havendo, portanto, sujeitos neutros. (Foucault, 1976) Trata-se de observar a história por baixo de sua estabilidade e equilíbrio, por baixo de seus tratados de paz e tolerância entre minorias e povos.

---

<sup>2</sup> FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. São Paulo, Martins Fontes, 2010, p. 16.

## **A afirmação dos direitos universais e o despontar da sociedade de controle**

Após a Segunda Guerra Mundial e seus horrores, tais como o nazismo, diversos documentos foram assinados juntamente com a criação da Organização das Nações Unidas, a se pretender a construção de um cidadão de direitos em âmbito mundial e o estabelecimento da paz entre as nações.

Em 1948, foi escrita a Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada pela ONU, prescrevendo que “o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e de seus direitos iguais e inalienáveis é o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo”<sup>3</sup>.

A declaração faz do direito fonte de fé e de crença para que os seres humanos sintam-se convocados e parte responsável da liberdade de todos.

“O ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações, com o objetivo de que cada indivíduo e cada órgão da sociedade, tendo sempre em mente esta Declaração, se esforce, através do ensino e da educação, por promover o respeito a esses direitos e liberdades, e, pela adoção de medidas progressivas de caráter nacional e internacional, por assegurar o seu reconhecimento e a sua observância universal e efetiva, tanto entre os povos dos próprios Estados-Membros, quanto entre os povos dos territórios sob sua jurisdição”<sup>4</sup>.

---

<sup>3</sup> Declaração Universal dos Direitos Humanos. Organização das Nações Unidas, 1948.

<sup>4</sup> Idem.

Essa nova forma de conduta dos seres humanos que pretende estabelecer a tolerância e a paz entre todos os homens e todas as nações vem se fortalecendo cada vez mais e aparece em inúmeros documentos produzidos pela ONU, UNESCO e inúmeros autores que com isso vem afirmando a denominada “cultura de paz”, em detrimento de uma cultura de guerra.

No livro de Cristina Von, “Cultura de Paz – o que os indivíduos, grupos, escolas e organizações podem fazer pela paz no mundo”, a autora coloca que a paz não é só ausência de conflito, mas requer uma participação positiva, dinâmica, em que o diálogo é encorajado e os conflitos, resolvidos em um espírito de compreensão mútua e cooperação (Von, 2006). Demonstra assim uma conduta a que os indivíduos devem seguir visando a prevenção e a responsabilidade de suas atitudes.

Cristina Von cita o Manifesto 2000, da ONU, que sustenta que se deve respeitar a vida; rejeitar a violência; ser generoso; ouvir para compreender; preservar o planeta; redescobrir a solidariedade (Von, 2006)

No capítulo “Tolerância”, a autora coloca que “todos temos de lidar com a diversidade”<sup>5</sup> e afirma ser a tolerância não somente um dever moral, mas uma exigência política e jurídica (Von, 2006) e expõe parte da Declaração de princípios sobre a tolerância, de 1995, que diz respeito ao significado da tolerância:

“1.1 - A tolerância é o respeito, a aceitação e o apreço da riqueza e da diversidade das culturas de nosso mundo, de nossos modos de expressão e de nossas maneiras de exprimir nossa qualidade de seres humanos.

---

<sup>5</sup> VON, Cristina. *O que os indivíduos, grupos, escolas e organizações podem fazer para a paz no mundo*. São Paulo, Petrópolis, 2006, p. 33.

1.2 – A tolerância não é concessão [...] é, antes de tudo, uma atitude ativa fundada no reconhecimento dos direitos universais da pessoa humana e das liberdades do outro [...] A tolerância deve ser praticada pelos indivíduos, pelos grupos e pelo Estado.

1.3 – A tolerância é o sustentáculo dos direitos humanos, do pluralismo (inclusive o pluralismo cultural), da democracia e do Estado de Direito”.<sup>6</sup>

A tolerância, dessa forma, desde sempre foi uma forma de pacificação e civilidade entre os indivíduos. É preciso se conformar, para suportar e para tolerar.

Saete Oliveira, em análise sobre a tolerância, volta ao “Tratado sobre a Tolerância”, de Voltaire e coloca que até hoje se faz o duplo indissociável entre tolerância e julgamento (Oliveira, 2005). Voltaire, de acordo com Saete, reclama por um julgamento justo, “parametrado por uma consciência que se opõe o zelo da humanidade ao zelo da severidade”. E tal zelo, presente na Declaração de 1789, na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 e na Declaração de Princípios sobre a Tolerância de 1995 é a defesa do exercício de punir (Oliveira, 2005).

A punição, a partir da noção de moral da justiça e do direito, se exerce para constituir uma sociedade pacificada de iguais, porém hierarquizados; reflexo de uma cultura construída que se pretende global e que, portanto, exclui os demais costumes, pretendendo-se um etnocídio que, como coloca Dorothea Passetti através de Pierre Clastres, “transforma o outro no mesmo, pasteuriza, homogeneiza, uniformiza”<sup>7</sup>, uma vez que o etnocídio destrói culturas, diferente do genocídio que destrói fisicamente uma população.

---

<sup>6</sup> Declaração de Princípios sobre a Tolerância, UNESCO, Paris, 1995.

<sup>7</sup> PASSETTI, “Dorothea. Intolerável tolerância intolerante” in *Tolerância e o Intempestivo*, São Paulo, Atelie, 2005, p. 209.

A noção de justiça a que se propõe o Estado mediante a cultura de paz que se pretende desde o término da Segunda Guerra Mundial, pertence a uma cultura que almeja um único sistema de valores e interesses. Pretendendo também, apesar da uniformização, uma forte hierarquização determinada pelo mais forte.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, como procedência à formação dos direitos humanos universais, também o é na formação do conceito de segurança humana que aparece como redimensionamento da segurança de Estado após a Guerra Fria (Rodrigues, 2012).

Através de teóricos da segurança internacional e em discursos diplomático-militares a partir dos anos 1990, Thiago Rodrigues chama a atenção para redimensionamento do qual a segurança do indivíduo passaria a ter como ameaça o que pudesse atingi-la internamente ou transnacionalmente. Esse deslocamento, segundo o autor, é firmado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) com o conceito de o segurança humana apresentado no Relatório de Desenvolvimento Humano de 1994.

A ONU, como instituição pacificadora do pós-guerra, passa então a considerar certas condutas estatais como corretas ou recrimináveis baseando-se no conceito de segurança humana, além de também passar a julgar indivíduos a partir de um novo direito penal transnacional (Rodrigues, 2012).

Atrelado à segurança humana, discussões em torno do meio ambiente e do clima do planeta surgem como forma de ameaça e, portanto, de responsabilidade dos Estados. Thiago Rodrigues aponta como esse discurso constrói o medo de desencadear diversos conflitos, crises e até mesmo guerras, deixando claro como mostra, no fundo, o risco e o

perigo que isso poderia acarretar a civilização e à cultura de economia capitalista (Rodrigues, 2012).

O autor chama atenção para o fato de terem sido os europeus os primeiros a vincularem a questão ambiental/climática à segurança. Explica também, como os riscos do meio ambiente em reação aos seres humanos poderiam ameaçar a segurança da união europeia através de Documentos, comissões e Relatórios como o “Relatório sobre Execução da Estratégia Europeia de Segurança” (Rodrigues, 2012).

A partir daí, passam a ser cada vez mais frequentes as intervenções e administrações sobre povos e ambientes em nome da paz. Iniciam-se acordos e negócios transnacionais afim de se evitar conflitos que possam vir a ameaçar a ordem mundial capitalista e neoliberal.

Segundo Michel Foucault, o liberalismo não é o que aceita a liberdade, mas é o que se propõe a fabricá-la a partir de um princípio de cálculo (Foucault, 1979). Para Foucault, o jogo entre liberdade e segurança é o que está no âmago do liberalismo, uma vez que é preciso proteger o interesse coletivo contra os individuais e vice-versa, é preciso garantir a segurança dos trabalhadores para que não se tornem um perigo para a empresa e a produção. Nada poderá constituir um perigo para os indivíduos nem para a sociedade (Foucault, 1979).

“O liberalismo se insere num mecanismo em que terá, a cada instante, de arbitrar a liberdade e a segurança dos indivíduos em torno da noção de perigo [...] ele não pode manipular interesses sem ser ao mesmo tempo gestor dos perigos e dos mecanismos segurança/liberdade, do jogo segurança/liberdade que deve garantir que os indivíduos ou a coletividade fiquem o menos possível expostos ao perigo [...] E é essa

espécie de estímulo do perigo que vai ser, a meu ver, uma das principais implicações do liberalismo. Toda uma educação do perigo, uma cultura do perigo”<sup>8</sup>.

## **PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento)**

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, da ONU, é agência líder de desenvolvimento e tem como principal objetivo a redução da miséria, segundo site oficial da Organização das Nações Unidas<sup>9</sup>.

“O PNUD está presente em 166 países do mundo, colaborando com governos, a iniciativa privada e com a sociedade civil para ajudar as pessoas a construírem uma vida mais digna. Em todas as suas atividades, o PNUD encoraja a proteção dos direitos humanos e a igualdade de gênero e raça”<sup>10</sup>.

Como já mencionado acima, Thiago Rodrigues apresenta a ampliação do conceito de segurança nos anos 1990 em que esta passa de segurança de Estado, presente no período da Guerra Fria para a segurança que passa a focar no indivíduo, reconhecido como cidadão de direitos transnacionais, acoplando a ele diversos novos direitos vinculados à segurança, tais como segurança pessoal, segurança política, segurança econômica, segurança comunitária, segurança sanitária, segurança alimentar e segurança ambiental.

---

<sup>8</sup> FOUCAULT, Michel. “Nascimento da biopolítica”, São Paulo, Martins Fontes, 2004, p. 90.

<sup>9</sup> Site ONU (<http://www.onu.org.br>)

<sup>10</sup> Idem.

É em 1990 também que o PNUD introduziu o conceito de Desenvolvimento Humano. Segundo o Programa, “para aferir o avanço na qualidade de vida de uma população é preciso ir além do viés puramente econômico e considerar três dimensões básicas: renda, saúde e educação”, sendo esse conceito a base do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) e do Relatório de Desenvolvimento Humano, publicado anualmente pelo PNUD.

O PNUD possui os seguintes objetivos: Governança Democrática; Redução da Pobreza; Prevenção de Crises e Recuperação; Energia e Meio Ambiente/Desenvolvimento Sustentável e Aids<sup>11</sup>.

A partir da década de 90, o PNUD, em parceria com o governo brasileiro iniciou investimentos para gerenciar programas de desenvolvimento. O co-financiamento de recursos pelo governo praticamente substituiu a doação internacional de recursos<sup>12</sup>”.

Desde 2000, o PNUD foca no compromisso do qual denomina “Objetivos do Milênio”, com meta para serem realizados até 2015. São eles: Redução da pobreza; atingir o ensino básico universal; igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres; reduzir a mortalidade na infância; melhorar a saúde materna; combater a Aids, malária e outras doenças; garantir a sustentabilidade ambiental e estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento.

Em meio a cultura de paz, tem-se hoje uma formação de condutas a serem seguidas por todos e outras a serem recrimináveis. A solidariedade, amor ao próximo, pacificação, tolerância, sustentabilidade e resiliência são valores que tem conseguido se legitimar na vida de todos, tendendo sempre a se fortalecer e fazer com que questionamentos e resistências sejam neutralizados. Organizações e novos projetos

---

<sup>11</sup> Site PNUD (<http://www.pnud.org.br/>)

<sup>12</sup> Idem.

deixam escancarada a conduta policial de que se utilizam, como também monitoramentos e claro, do sistema de punição e do castigo que se alia ao desenvolvimento do capitalismo. Este, já não é mais questionado; tudo a que se pretende conquistar hoje não anula a sua existência. O capitalismo tem de ser sustentável, a economia tem de ser verde, as pessoas tem de pensar de forma verde. Tudo em prol do desenvolvimento e da paz.

Atrelada a tal conduta, da qual o PNUD e o PNUMA vêm trabalhando estrategicamente para implementar, tem-se a segurança como vínculo intrínseco à paz. Não se pensa em paz e em desenvolvimento sem a segurança, e não se tem segurança sem monitoramento e punição.

O PNUD coloca, em relação a “Justiça e segurança cidadã”: “Os altos índices de criminalidade e insegurança na América Latina e Caribe impõem entraves para o desenvolvimento econômico e social da região [...] Como tal, o PNUD Brasil compartilha da prioridade brasileira de melhoria da situação de segurança pública e cidadania como caminho necessário ao desenvolvimento”<sup>13</sup>.

O PNUD deixa claro sua preocupação em relação ao fortalecimento do sistema judiciário e de segurança pública, conseqüentemente, do fortalecimento da conduta policial, como garantidores dos direitos humanos e da cidadania, políticas integradas e mais efetivas para combater e prevenir a violência entre os grupos mais vulneráveis e excluídos e maior proteção da população contra emergências e desastres naturais<sup>14</sup>.

Percebe-se o esforço do PNUD para estabelecer a situação de vítima que não consegue sair de tal condição sozinha, mas apenas com a garantia dos direitos e a proteção e prevenção de violências, sendo essa última expressa na rigidez do direito

---

<sup>13</sup> Idem.

<sup>14</sup> Idem.

penal e novas jurisdições cada vez mais crescentes. A vítima, apesar de todas as medidas tomadas, de todo o monitoramento e de toda rigidez atrelada ao humanismo, e a partir da perspectiva pacificadora, nunca deixará de existir.

Dia três de Dezembro, ocorreu o “dia internacional das pessoas com deficiência”, do qual o Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-moon defendeu a acessibilidade, a inclusão social e a igualdade de oportunidades. Na mesma página, pessoas reforçam a necessidade da proteção dos direitos de pessoas deficientes e discutem formas de apaziguar o preconceito: “acredito ser mais correto o termo ‘portadores de necessidades especiais’”, afirma seguidor da página do PNUD na rede social Facebook.

O PNUD não esconde a relação entre segurança e desenvolvimento capitalista. Apresenta, por exemplo, que a violência tem custo crescente na vida das pessoas e ameaça a economia. Segundo Helen Clark, administradora do PNUD, “Esse relatório (Relatório Desenvolvimento Humano e a Mudança para Melhorar a Segurança dos Cidadãos) salienta a necessidade de repensarmos nossas abordagens para combater o crime e a violência e para proporcionar segurança. “Nós precisamos seguir as abordagens que estão centradas na segurança dos cidadãos e que combatam as causas desse aumento recente de crimes violentos, incluindo a exclusão social, econômica e política”<sup>15</sup>.

Não há desenvolvimento sem paz, segundo o PNUD em entrevista que relata a destruição de 125 mil armas na Bósnia e Herzegovina com o apoio do Programa, de logo “empoderando vidas, fortalecendo nações”.

---

<sup>15</sup> <http://www.pnud.org.br/Noticia.aspx?id=2627>

## **Programa Conjunto da ONU – Segurança com cidadania**

Em tempos da cultura de paz e repúdio à cultura de guerra e de violência, o Programa “Segurança com cidadania”, da ONU, tem como objetivo prevenir a violência, criando ambientes mais seguros e saudáveis para meninos e meninas, entre 10 e 24 anos. O Programa é coordenado por Carlos Spezia, que trabalha na área de gestão de projetos, e tem como agências integrantes o PNUD (agência líder), coordenado por Érica Máximo Machado; UNODC (Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime); UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura); OIT (Organização Internacional do Trabalho); ONU-Habitat (Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos) e UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância)<sup>16</sup>.

Utilizam-se de uma estratégia multidisciplinar para a prevenção de violência e consideram tal faixa etária da qual tem como foco, grupo de vulnerabilidade. Agem principalmente em Vitória (RS), Município Lauro de Freitas (BA) e em Contagem (MG).

“Entende-se a Segurança Cidadã como um modelo que tem por finalidade expandir o processo de articulação de todas as forças da sociedade e formas de governo no combate à criminalidade. De tal modo, cada representante dessas diferentes forças seria corresponsável por planejar e controlar as operações em cada âmbito que se deseja intervir, observando as características locais, bem como desenvolver técnicas de prevenção, mediação, negociação e investigação de conflitos sociais e de crimes”<sup>17</sup>.

---

<sup>16</sup> Site segurança com cidadania. (<http://segurancacomcidadania.org>)

<sup>17</sup> Idem.

Mais uma vez, a administração de conflitos e gestão de grupos e pessoas é claramente suscitada.

O cidadão, segundo o Programa, é centro do conceito “segurança humana”, que se refere a uma ordem democrática, atuando na prevenção às ameaças de violência na população e permitindo a convivência segura e pacífica<sup>18</sup>.

Segundo site oficial do programa, a violência não é considerada apenas uma questão de polícia, pois vai desde a violência incidental até o crime organizado, e as ações necessárias para reduzi-la também deverão ser abrangentes, indo da prevenção ao controle<sup>19</sup>. Desse modo, a conduta policial que se espera de cada um é legítima e abrangente.

Segundo Edson Passetti, sobre a sociedade de controle, “convocado a participar, cada cidadão é intimado a denunciar, vigiar, defender bens e valores. Uma moral de civilidade cosmopolita se forma e se fortalece, exigindo ética de responsabilidades acrescidas de cuidados com os outros e zelo pela conservação de seus bens e saúde. É preciso policiar: com guardas armados, comunitários, programas de segurança nas periferias e nos computadores; policiar a si próprio para poder ascender, cuidar do outro para ele vir a ser incluído, proteger-se das balas e dos vícios, rejuvenescer. Recomenda-se policiar o próprio corpo porque na sociedade de controle exige-se jovialidade, sorriso, bem-vestir, polimento, o elogio ao outro como forma de prestígio obtido e reconhecido, nivelamentos trazendo cada outro para próximo de si, humanitariamente”<sup>20</sup>.

---

<sup>18</sup> Idem.

<sup>19</sup> Idem.

<sup>20</sup> PASSETTI, Edson. “Segurança, confiança e tolerância: comandos na sociedade de controle” in *São Paulo Perspectiva* v. 18, São Paulo, 2004.

Segundo o educador e agente de comunicação para o desenvolvimento, Genilson Costa, estimular os jovens a perceber que direitos à educação, saneamento básico, cultura, comunicação, entre outros, têm – e muito – a ver com políticas de enfrentamento à violência<sup>21</sup>.

O foco é nos jovens. Baseia-se na conscientização, desde o jovem até o adulto jovem, de que é a partir do direito que se previne e combate a violência. Há também um deslocamento presente em tais discursos, dos quais a segurança aparece não apenas como ausência de insegurança, mas a promoção de direitos e de bem-estar. “Segurança com cidadania é ter direito à informação, educação, segurança pública e desenvolvimento da nossa cidade para todas as pessoas com a juventude contribuindo com o seu conhecimento e aprendizagem”, dizem os jovens incluídos no Programa<sup>22</sup>.

O projeto pretende fazer com que os jovens promovam a paz. “Discriminação, dificuldade de acesso a um ensino de qualidade, emprego e lazer são alguns dos fatores que contribuem para a exposição à situação de risco e vulnerabilidade social de crianças, adolescentes e jovens que vivem em Itinga, bairro de Lauro de Freitas, na Região Metropolitana de Salvador e correspondem a mais de 40% do total da população do bairro. No entanto, ao invés de entrarem para as estatísticas com agentes ou vítimas de atos violentos, meninos e meninas dão exemplos de cidadania e atuam como verdadeiros “agentes da paz” nos locais onde moram”<sup>23</sup>.

O Programa Conjunto da ONU promove também a formação em mediação de conflitos para líderes religiosos do bairro de Lauro de Freitas, na Bahia. Foi realizada em 3 de Dezembro de 2012, atividade organizada pela ONU-Habitat, o Instituto de

---

<sup>21</sup> <http://segurancacomcidadania.org/agentes-de-comunicacao-para-o-desenvolvimento-debatem-sobre-seguranca-e-juventude/>

<sup>22</sup> Idem.

<sup>23</sup> <http://segurancacomcidadania.org/projetos-estimulam-jovens-a-atuar-como-agentes-da-paz/>

Estudos da Religião (ISER) e a Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas, um encontro com diferentes grupos religiosos do bairro afim de estimular um diálogo entre eles sobre situações de conflitos entre os mesmos<sup>24</sup>.

É importante destacar também, a relação bastante próxima entre o Programa de Segurança com cidadania e as Unidades de Polícia Pacificadoras.

Em Setembro de 2012, ocorreu uma visita de representantes de municípios que participam do Programa Conjunto da ONU – Segurança com Cidadania a algumas comunidades pacificadas a fim de uma troca de experiências e qualificação de suas ações.

Sobre a relação entre a polícia e a comunidade de Itinga, a oficial de programas do PNUD, Erica Máximo Machado, destaca que é surpreendente. “Acreditamos que essa esta relação é a base necessária para que possamos ter uma segurança realmente cidadã”, disse a representante da ONU. Suas palavras encontraram eco no depoimento da coordenadora pedagógica da Escola Municipal, Solange Coelho, que também participou do curso e fez um apelo aos policiais: “Por favor, não saiam de perto de nós. É muito importante que vocês dialoguem com nossos adolescentes”<sup>25</sup>.

## **Outros investimentos**

Em parceria com a Secretaria de Reforma do Judiciário (SRJ) e a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), o PNUD implementará um projeto visando o

---

<sup>24</sup> <http://segurancacomcidadania.org/conflitos-religiosos-como-media-los/>

<sup>25</sup> <http://segurancacomcidadania.org/nos-tornamos-homens-fardados-mais-humanos-diz-policia-militar-durante-entrega-de-certificados-de-curso-promovido-pelo-programa-conjunto-da-onu-em-lauro-de-freitas/>

fortalecimento do acesso à Justiça no Brasil através da criação de uma escola nacional de mediação. “Conflitos resolvidos de maneira alternativa ajudam a tornar o Judiciário mais ágil, trazem eficácia aos acordos firmados e incentivam os cidadãos a atuarem de forma transigente e autocompositiva, em que as partes resolvem diretamente o conflito”, destaca Moema Freire, Oficial de Programa do PNUD<sup>26</sup>.

Será lançado também o “Diálogos sobre a Justiça”, canal de comunicação entre os representantes do Sistema de Justiça, afim de fortalecer o acesso a justiça. “O acesso à Justiça é elemento-chave para a consolidação da democracia. Confiamos que este projeto será uma nova instância para proporcionar a melhoria de todo o Sistema Judiciário brasileiro”, destacou Jorge Chediek, Representante Residente do PNUD no Brasil<sup>27</sup>.

O acesso a justiça, a paz e a não violência são atreladas a outros conceitos, hoje. A segurança é atrelada a paz e estas são vinculadas à sustentabilidade, que abrange a não violência, uma vez que a pobreza e o não desenvolvimento são considerados uma violência.

No dia internacional da pobreza, 17 de Outubro de 2012, a diretora-geral da UNESCO, apontou que “apesar do desenvolvimento econômico generalizado em todo o mundo, as desigualdades cresceram dramaticamente nos últimos dez anos, tanto dentro dos países quanto entre eles. Mais de um bilhão de pessoas vive em extrema pobreza hoje em dia. Essa situação é uma violação aos direitos humanos básicos e um obstáculo ao desenvolvimento. A luta pela erradicação da pobreza deve estar à frente de todos os esforços de preservação da dignidade humana e promoção do desenvolvimento sustentável”.

---

<sup>26</sup> <http://www.pnud.org.br/Noticia.aspx?id=3640>

<sup>27</sup> Idem.

Coloca também que “a erradicação da pobreza implica na construção da capacidade de cada pessoa de criar riqueza e acessar seu potencial. O desenvolvimento humano sustentável implica no uso desse potencial e na expansão das escolhas disponíveis aos indivíduos”<sup>28</sup>.

Erradicar a pobreza, nesse último trecho, mostra-se claramente vinculada a noção de convocação baseada na utilidade de cada um, investindo na capacidade de criação de riqueza dos indivíduos.

É necessário incluir a todos, até os mais miseráveis. O microcrédito é uma ferramenta bastante usada pelo PNUD para a erradicação da pobreza. Colabora com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e suas metas para 2015<sup>29</sup>.

“Para estimular o acesso ao microcrédito, a ONU apresentou uma série de objetivos que precisam ser alcançados em 2005. São eles: contribuir para os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio; aumentar a consciência do público e seu entendimento a respeito do microcrédito e das microfinanças; promover sistemas financeiros em que o microcrédito seja uma parte integral de seu funcionamento; apoiar o acesso sustentável ao sistema financeiro; e encorajar a inovação e a formação de parcerias entre governos, órgãos da ONU, o setor privado e empresas de microcrédito”<sup>30</sup>.

Segundo a ONU, o microcrédito não tem impacto apenas na esfera local. “Ao gerar renda, contribui para a criação de novos empregos [...] Além disso, a economia do país como um todo fica mais forte, pois a ajuda financeira é usada para aumentar a capacidade de produção local das comunidades [...] No final, espera-se que esteja

---

<sup>28</sup> [http://www.unesco.org/new/pt/brasil/pt/about-this-office/single-view/news/message\\_on\\_the\\_international\\_day\\_for\\_the\\_eradication\\_of\\_poverty/](http://www.unesco.org/new/pt/brasil/pt/about-this-office/single-view/news/message_on_the_international_day_for_the_eradication_of_poverty/)

<sup>29</sup> Site oficial PNUD (<http://www.pnud.org.br>).

<sup>30</sup> <http://www.pnud.org.br/Noticia.aspx?id=3211>

consolidada a ideia de que as microfinanças são uma parte essencial de um setor financeiro<sup>31</sup>.

O programa de microcréditos não só financia como investe no beneficiário promovendo diversos cursos técnicos, além de ensinar jovens e adultos a serem empreendedores.

Desde 2005, o jornal Folha de S. Paulo, promove o prêmio empreendedor social em parceria com a Fundação Schwab<sup>32</sup>. O objetivo do prêmio é dar visibilidade e capacitação a líderes de cooperativas, negócios sociais e organizações de impacto social e/ou ambiental que desenvolveram iniciativas inovadoras e sustentáveis para benefício direito da coletividade.

Insiste-se na participação, no monitoramento e no julgamento de todos a partir da conduta da paz e da utilidade dos indivíduos. Ocorrem como Programas de voluntariado, como diversas formas de conscientização, para que ajam todos juntos por pressão de todos.

Segundo Michel Foucault, em suas análises sobre o liberalismo, no século XVII e início do século XVIII, os Estados possuíam objetivos limitados e ilimitados de poder, no sentido de para haver um “equilíbrio sempre desequilibrado” de concorrência com os outros estados, e nesse sentido, certa limitação, é que quem governa teria de regulamentar a vida de seus súditos, sua atividade econômica, sua produção, o preço das mercadorias e etc. Havia por tanto uma limitação nas relações internacionais tendo por correlato a ilimitação no exercício do Estado de política (Foucault, 1979). Porém, o

---

<sup>31</sup> Idem.

<sup>32</sup> A entidade identifica e promove a troca de know-how entre empreendedores sociais inovadores, viabilizando o contato deles com grandes patrocinadores internacionais, ao incluí-los na rede de líderes globais do Fórum Econômico Mundial, e com representantes das áreas empresarial, política e de mídia, entre outras. A organização não tem escritório no Brasil, país em que é representada pela Folha de S.Paulo para temas referentes ao Prêmio Empreendedor Social. ([http://www1.folha.uol.com.br/empreendedorsocial/fundacao\\_schwab.shtml](http://www1.folha.uol.com.br/empreendedorsocial/fundacao_schwab.shtml))

direito, que havia multiplicado o poder real durante toda a Idade Média, seria nessa época subtratoras do poder real (Foucault, 1979).

Já por volta do século XVIII, Foucault coloca que se inicia uma era da razão governamental crítica, em que toda a questão da razão governamental crítica vai girar em torno de como não governar demais. É nessa época que a economia política irá se colocar como forma de racionalidade de autolimitação do Estado (Foucault, 1979), porém, ao contrário do direito dos séculos XVI e XVII, a economia se formou no próprio âmbito dos objetivos que a razão de Estado havia estabelecido para a arte de governar: o objetivo de enriquecimento do Estado (Foucault, 1979). Não haverá mais a questão da legitimidade do direito. Nessa nova arte de governar, o sucesso ou o fracasso vão substituir portanto a demarcação legitimidade/ilegitimidade.

“Entre essas diferentes práticas, que iam, vamos dizer, da tarifa aduaneira à cobrança de impostos, à regulamentação de mercado e produção, etc., entre essas diferentes práticas será possível estabelecer, a partir do meado do século XVIII, uma coerência pensada, racionalizada; coerência estabelecida por mecanismos inteligíveis que ligam essas diferentes práticas e os efeitos dessas diferentes práticas uns aos outros e vão, por conseguinte, permitir julgar todas essas práticas como boas ou ruins, não em função de uma lei ou de um princípio moral, mas em função de proposições que serão, elas próprias submetidas à demarcação do verdadeiro e do falso<sup>33</sup>”.

Se reconhecerá, a partir daí, que a verdade deverá ser formulada e imposta à prática governamental, com o mínimo de intervenção. Sendo, tal verdade, o mercado (Foucault, 1979).

---

<sup>33</sup> FOUCAULT, Michel. “Nascimento da biopolítica”, São Paulo, Martins Fontes, 2004, p. 26.

A partir do século XIX, tem-se então na nova razão governamental, a elaboração do poder público e a medida das suas intervenções indexadas ao princípio de utilidade (Foucault, 1979). O governo irá agir agora, sob um princípio de interesses. “É um jogo complexo entre direitos fundamentais e independência dos governados. O governo, em todo caso o governo nessa nova razão governamental, é algo que manipula interesses”<sup>34</sup>.

Hoje, em meio à cultura de paz e seus interesses, percebe-se um deslocamento da gestão e racionalidade liberal para os empreendedorismos sociais. Segundo Acácio Augusto, a mesma eficiência do campo empresarial foi empregada, agora para contribuir com a solução dos problemas sociais (AUGUSTO, 2012). É uma intervenção social característica do liberalismo “que gera lucros, mas promove distribuição de renda e sustentabilidade econômica, em especial ao atingir populações mais pobres ou identificadas como vulneráveis”<sup>35</sup>.

É nesse campo que existem os sistemas de microcrédito, formação técnicas para a população carente e outras estratégias administrativas.

Em balanço sobre os 60 anos da ONU, aparece em “Lançando as bases para os negócios”:

“A ONU é boa para os negócios. Tem fornecido a infra-estrutura “soft” para a economia global, negociando padrões técnicos universalmente aceitos em áreas tão diversas como estatísticas, legislação comercial, procedimentos alfandegários, propriedade intelectual, aviação, navegação e telecomunicações, facilitando a atividade econômica e reduzindo os custos de transação. Forneceu a base para o investimento nas economias em desenvolvimento, promovendo estabilidade política e boa governança,

---

<sup>34</sup> Idem, p. 61.

<sup>35</sup> AUGUSTO, Acácio. “Penalizações a céu aberto, uma política planetária” in *Revista Ecológica*, n. 4, São Paulo, Nu-Sol, 2012, 94.

lutando contra a corrupção e induzindo a observação das políticas econômicas e legislação adequada”<sup>36</sup>.

O PNUD e a ONU possuem a cooperação de diversas empresas como a Coca-cola; Nokia (Finlândia), Itaú Unibanco e Sorridents (Brasil), Itochu e Unicharm (Japão), Hybrid Social Solutions (Filipinas), Novozymes (Dinamarca), Honey Care Africa (Quênia), Zoono (Zâmbia) e Waste Capital Partners (EUA). “Os compromissos destas companhias demonstram que o setor privado é um forte parceiro na luta pela redução da pobreza e por um crescimento inclusivo”, afirmou Sigrid Kaag, Administradora Assistente do PNUD e Subsecretária-Geral Assistente da ONU<sup>37</sup>.

A empresa Sadia, vem desenvolvendo a iniciativa “3S”, pioneira na indústria alimentícia da América Latina, contribuindo para o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo. Em 2008 o Programa 3S foi destaque da iniciativa “Desenvolvendo Mercados Inclusivos” promovida pelo PNUD e aparece no Relatório lançado pelo PNUD, no mesmo ano, “Relatório Criando Valores para todos: Estratégias para fazer negócios com os pobres”, com foco nas zonas rurais.

O Projeto Empreendente, promove cursos da SEBRAE e da CONAE, tendo como alvo jovens empresários para estimular o espírito empreendedor daqueles que pretendem ou possuem seu próprio negócio<sup>38</sup>.

Em Recife, a Prefeitura ajudou moradores pobres a montarem seus próprios negócios ou cooperativas, e tinha como previsão atender 48.000 pessoas, até 2010, baseado no Atlas de Desenvolvimento Humano no Recife, feito pelo PNUD e parceiros.

---

<sup>36</sup> <http://www.pnud.org.br/Noticia.aspx?id=548>

<sup>37</sup> <http://www.pnud.org.br/Noticia.aspx?id=3654>

<sup>38</sup> <http://www.pnud.org.br/Noticia.aspx?id=218>

Em projeto desenvolvido pela Universidade Federal de Paraíba e pelo Ministério do Desenvolvimento Social ao pretenderem ensinar 150 jovens a se tornarem empreendedores e a usarem o sistema de microcrédito, como iniciativa em prol dos Objetivos do Milênio<sup>39</sup>.

Focando muitas vezes em jovens e incentivando indivíduos a se auto-empreenderem, o PNUD trabalha em cima da produção de capital humano (Foucault nasci).

Para Foucault, a partir da afirmação de neoliberais americanos no século XX de que uma renda é simplesmente o produto ou o rendimento de um capital, o autor sustenta que se o capital assim é definido como uma possível renda futura, esse capital torna-se indissociável de quem o detém (Foucault, 1979) e a partir da concepção utilitarista, o trabalhador aparece como uma espécie de empresa para si mesmo. E então, a economia é feita de unidades-empresas. Foucault irá denominar essa concepção de empresa a partir do *homo oeconomicus* – “empresário de si mesmo, sendo ele próprio seu capital, sendo para si mesmo seu produtor, sendo para si mesmo a fonte de sua renda<sup>40</sup>”.

Complementando, Trent Hamann coloca que os indivíduos hoje estão cada vez mais sujeitos a cálculos de mercado, riscos econômicos, responsabilidade financeira, eficiência, da qual, o indivíduo portador de seu capital é visto como responsável pelo mesmo, pelo seu auto-investimento e eficiência e desse modo, cria-se mais um novo tribunal que pune e julga aqueles que não acumularam “capital humano” suficiente (Hamann, 2012).

---

<sup>39</sup> <http://www.pnud.org.br/Noticia.aspx?id=1283>

<sup>40</sup> FOUCAULT, Michel. “Nascimento da biopolítica”, São Paulo, Martins Fontes, 2004, p. 311.

A responsabilidade dos indivíduos constitui, para Trent, uma forma de moralidade de mercado. Estas são transformadas em vitimização em programas como o PNUD, que visa a proteção de grupos considerados vulneráveis, legitimando assim suas intervenções em nome da paz, dos direitos humanos e do desenvolvimento.

## **PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente)**

O conceito de governamentalidade cunhada por Foucault, da qual a economia é introduzida no exercício político do governo contribuindo para uma racionalidade própria de governo e exercendo poder contínuo e calculado, dispendo principalmente a população (Foucault, 1979), acopla-se ao conceito de segurança hoje associado ao desenvolvimento sustentável, abrangendo não apenas o meio ambiente, mas a todos os âmbitos da vida no planeta que são administrados e monitorados continuamente, desde seres humanos à governos havendo uma reorganização dos conceitos foucaultianos de população, segurança e economia política (Malette, 2011).

Segundo Beatriz Carneiro, no século XXI com um maior ativismo e participação das pessoas com seu meio, a partir de uma passividade da população, o meio ambiente torna-se um dispositivo, apontando para um indício da transformação da biopolítica (Carneiro, 2012). Beatriz aponta algumas datas como procedência para a formação desse dispositivo, tais como a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realiza em Estocolmo em 1972. A ecologia, segundo a autora, contribui para a construção do dispositivo meio ambiente ao reunir práticas e verdades em torno da

conservação da vida no planeta e mostrar uma interação maior entre população e meio, da qual ao conceito de meio ambiente são incluídas problemas da sociedade como fome e miséria, para além da questão ecológica (Carneiro, 2012).

A meta da qual o dispositivo meio ambiente conseguiu se legitimar, foi a sustentabilidade. Esta, incluiu outros conceitos como economia verde e governança global, pretendendo a criação de uma sociedade civil planetária, incluindo Estados, empresas, organizações internacionais e indivíduos, que seriam responsabilizados pela realização de condutas em prol da conservação do planeta (Carneiro, 2012).

É nesse contexto, que pretendo apresentar alguns relatórios e novos projetos do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, afim de compreender e explicitar o funcionamento de novos dispositivos que se formaram no período Pós-Segunda Guerra e que pretendem-se homogêneos e globais.

No Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) de 2011 do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), “Sustentabilidade e Equidade – Um futuro melhor para todos” apresenta-se a ligação entre desenvolvimento humano e a sustentabilidade, afirmando não poderem se concretizar separadamente. O Relatório coloca que o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano medido pela expectativa de vida, educação e PIB do país) mostra-se insuficiente sem a variável da sustentabilidade<sup>41</sup>.

“As principais questões são as repercussões adversas da ausência de sustentabilidade ambiental para o desenvolvimento humano, especialmente para as pessoas que estão atualmente desfavorecidas, e, numa nota mais positiva, as intersecções entre maior sustentabilidade e equidade, bem como o potencial para

---

<sup>41</sup> Relatório de Desenvolvimento Humano. PNUD, 2011.

reformas progressivas que promovam ambos os objetivos. Defenderemos que a promoção do desenvolvimento humano exige abordar a sustentabilidade local, nacional e global e que esta linha de ação pode, e deve, ser equitativa e fator de capacitação”<sup>42</sup>.

O Relatório sustenta que a degradação ambiental impede e prejudica as capacidades, especialmente dos mais pobres, em relação à educação, meios de subsistência e outros aspectos do bem-estar, incluindo as escolhas de como usar o tempo e onde viver e a ausência de conflitos<sup>43</sup>.

É possível notar, portanto, um crescente vínculo da sustentabilidade à paz, uma vez que a sustentabilidade, apesar de nesse Relatório ser apenas relacionada ao meio ambiente, se conecta à todos os âmbitos da vida no planeta.

Em observância ao Dia Internacional para a Prevenção da Exploração do Ambiente em Tempo de Guerra e Conflito Armado, o Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-moon, advertiu sobre os vínculos tênues entre conflito, paz e meio ambiente, exortando a comunidade internacional a reconhecer a paz e a segurança como “uma quarta dimensão crítica” do desenvolvimento sustentável. “A guerra e os conflitos armados destroem a teia do desenvolvimento sustentável. Não pode haver paz se o recurso básico do qual as pessoas dependem para alimento e rendimento estiver danificado ou destruído – ou se a sua exploração ilegal servir para financiar ou causar conflitos”, disse<sup>44</sup>.

No novo tribunal da Paz, em que a verdade é produzida separando condutas corretas e recriminadas, a convocação e incentivo à ser um cidadão correto não cessa, tendo como alvo principal crianças e jovens.

---

<sup>42</sup> Idem.

<sup>43</sup> Idem.

<sup>44</sup> <http://www.onu.org.br/em-dia-internacional-secretario-geral-da-onu-ressalta-vinculos-entre-paz-e-preservacao-do-meio-ambiente/>

O Dia Mundial do Meio Ambiente (WED) é um evento anual promovido pelo PNUMA, que cresceu ao passar dos anos a ponto de se tornar o principal evento em que a ONU estimula a sensibilização mundial pelo meio ambiente e incentiva atenção e ações políticas<sup>45</sup>. No ano de 2012 pessoas do mundo todo foram desafiadas a se comprometerem com uma atividade ambiental para concorrerem a um carro da marca KIA, incentivadas pelos “Embaixadores da Boa Vontade”: Gisele Bündchen, Don Cheadle, Ian Somerhalder e Li Bingbing. Foram nomeados cinco projetos premiados por aumentarem a conscientização ambiental no mundo todo<sup>46</sup>.

Em 2012 também, o PNUD promoveu, em parceria com a Fundação Global para a Paz e o Desenvolvimento, a Bayer e a Nikon, o Concurso Internacional de Pintura Infantil sobre o Meio Ambiente. Crianças do mundo todo foram convidadas a submeter suas artes sob o tema Comunidades Verdes. Desde 1991, o concurso já recebeu mais de 3 milhões de desenhos de crianças de mais de 190 países<sup>47</sup>.

Nesse ano, 2013, ocorrerá a Conferência Internacional TUNZA da Juventude sobre Meio Ambiente, parceira do PNUMA, convocando jovens de 15 a 24 anos indicados por organizações que trabalham em questões ambientais e de desenvolvimento sustentável<sup>48</sup>.

Em 6 de Novembro de 2012, abriram as inscrições para o Concurso Internacional de Pintura Infantil Sobre o Meio Ambiente, de tema “Água: Fonte da vida”, para crianças de 6 a 14 anos. Os vencedores receberão prêmios que incluem uma

---

<sup>45</sup> Site PNUMA (<http://www.unep.org>).

<sup>46</sup> [http://www.pnuma.org.br/comunicados\\_detalhar.php?id\\_comunicados=222](http://www.pnuma.org.br/comunicados_detalhar.php?id_comunicados=222)

<sup>47</sup> [http://www.pnuma.org.br/comunicados\\_detalhar.php?id\\_comunicados=219](http://www.pnuma.org.br/comunicados_detalhar.php?id_comunicados=219)

<sup>48</sup> <http://www.onu.org.br/conferencia-internacional-tunza-da-juventude-sobre-meio-ambiente-encerra-inscricoes-dia-15/>

quantia em dinheiro e uma viagem com acompanhante para a Conferência Internacional da Juventude TUNZA, promovida pelo PNUMA<sup>49</sup>.

O laboratório Bayer criou o Programa Bayer Jovens Embaixadores Ambientais, desenvolvido para jovens de 18 a 24 anos. É um dos mais importantes projetos mundiais de responsabilidade socioambiental da Bayer em benefício da juventude e do meio ambiente e faz parte de uma parceria global com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente<sup>50</sup>.

Também em 2012, o PNUMA se uniu à campanha “7 Bilhões de Ações” com o objetivo de incentivar indivíduos, governos, empresas e organizações a tomarem atitudes positivas rumo a um mundo mais sustentável para 7 bilhões de habitantes. Coordenada pelo Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), a campanha visa capitalizar esse marco populacional por meio da promoção de cooperações globais nas áreas de saúde, sustentabilidade ambiental, pobreza e desigualdade, urbanização e outras questões críticas<sup>51</sup>.

Para a sociedade brasileira participar da Conferência Rio+20, a ONU criou a campanha “Eu sou nós”, da qual todos os brasileiros puderam enviar textos, fotos e vídeos para o site “O Futuro que queremos”, que foram exibidos na internet e em exposição durante a Cúpula dos Povos. Houveram incentivos de famosos como Gisele Bündchen, Ronaldo, Paulo Coelho, Vik Muniz, MV Bill e Oscar Niemeyer. Segundo o Presidente do Grupo no Brasil, Sérgio Amado, “A ideia central é fazer com que as

---

<sup>49</sup> [http://www.pnuma.org.br/comunicados\\_detalhar.php?id\\_comunicados=233](http://www.pnuma.org.br/comunicados_detalhar.php?id_comunicados=233)

<sup>50</sup> Site Bayer (<http://www.bayer.com.br>).

<sup>51</sup> [http://www.pnuma.org.br/comunicados\\_detalhar.php?id\\_comunicados=167](http://www.pnuma.org.br/comunicados_detalhar.php?id_comunicados=167)

peças abram mão da própria identidade, comecem a pensar coletivamente e participem da conversa mais importante da história”<sup>52</sup>.

A top model Gisele Bündchen atuou como ícone em diversas campanhas e publicidades para o PNUMA. Na Campanha “Eu sou nós”, foi questionado: “A Gisele Bündchen é nós. E você?”. A Modelo, uma das maiores proprietárias de ações em defesa do meio ambiente, atuou na propaganda do Dia Mundial do Meio Ambiente, da qual se concorriam ações ambientais em troca de prêmios como carros e dinheiro. “Trata-se de um confronto global, então participe, divirta-se, espalhe novidades, mobilize milhões de pessoas, junte-se a mim nesse desafio”<sup>53</sup>.

## Água

Em Conferência sobre a Água na Espanha, nos dias 3 e 5 de Outubro, demonstrou-se como a utilização correta da água pode ser o maior contribuidor para o desenvolvimento de uma economia verde, tendo como foco a análise de projetos sobre manejos adequados da água<sup>54</sup>.

A água vem sendo objeto de discussão bastante presente em Conferências e Organizações que visam o desenvolvimento sustentável e uma melhor gestão econômica. Desde a Conferência das Nações Unidas para a Água em 1977; Década Internacional de Abastecimento de Água Potável e Saneamento (1981-1990),

---

<sup>52</sup> <http://www.onu.org.br/rio20/onu-lanca-campanha-eu-sou-nos-para-sociedade-brasileira-participar-da-rio20/>

<sup>53</sup> <http://veja.abril.com.br/noticia/celebridades/gisele-bundchen-convoca-brasileiros-para-participar-do-dia-mundial-do-meio-ambiente.>

<sup>54</sup> <http://www.onu.org.br/onu-manejo-correto-da-agua-e-vital-para-economia-verde/>

Conferência Internacional sobre Água e Meio Ambiente em 1992 e a Cúpula da Terra em 1992 também.

Incluída a água na ideia de desenvolvimento sustentável, pressupõe-se também no acarretamento de bem-estar, saúde e desenvolvimento humano através de uma boa gestão, além de apoiar a cada um dos Objetivos do Milênio (ODM).

Em 2003, a Assembleia Geral da ONU declarou o Ano Internacional Da Água Potável. No mesmo ano também, o Diretor do Conselho Executivo da ONU criou a “ONU Água”, mecanismo interagencial para coordenar as ações do Sistema das Nações Unidas para alcançar as metas relacionadas à água da Declaração do Milênio da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável de 2002.

De 2005 à 2015, foi declarada a década da água, pela ONU, afim de atender as metas dos ODM relacionadas à água, definida como “Água para a Vida”. Além disso, a ONU, em parcerias com governos, ONGs e organizações internacionais, promovem a cada três anos o Relatório de Desenvolvimento Mundial da Água<sup>55</sup>.

As Nações Unidas escolheram o ano de 2013 para ser o Ano Internacional da Cooperação da Água, tendo como um dos focos principais o controle da água entre fronteiras, evitando conflitos nessas áreas. Segundo a relatora Catarine de Albuquerque e outros organizadores da campanha, a cooperação é o objetivo principal para se conquistar um melhor manejo da água e lançará em Setembro um Relatório sobre o direito à água.

---

<sup>55</sup> <http://www.onu.org.br/a-onu-em-acao/a-onu-em-acao/a-onu-e-a-agua/>

A Unesco foi a agência escolhida para organizar eventos e campanhas desse Ano que homenageia a água. As atividades que ocorrerão ao longo do ano irão promover ações relacionadas ao tema água, em áreas como educação, cultura, gênero, ciência e prevenção de conflitos. Muitos eventos já foram preparados ou irão se realizar, como concursos, campanhas, publicidade e discussões a respeito, como por exemplo, do papel da mulher em relação a água<sup>56</sup>.

No Dia Mundial da Água, 22 de Março, em 2012, a ONU escolheu como tema de discussão a água e a segurança alimentar. Segundo as Nações Unidas, a escassez da água vem aumentando a concorrência entre as comunidades e países de escassos recursos hídricos, agravando antigos problemas de segurança, criando novas e dificultando a realização dos direitos humanos fundamentais de comida, água e saneamento. Desse modo, para garantir uma alimentação sustentável e a segurança da água para todos, será exigida a participação de todos os setores da economia.

No Relatório do PNUMA de 2011, “Povos Resilientes, planeta Resiliente – Um futuro digno de escolha”, tem –se, dentre doze recomendações, duas em que a água se coloca como centro no avanço à um planeta sustentável, uma sociedade justa e uma economia em crescimento:

“A)É essencial que nós adotemos um novo nexos entre alimentos, água e energia em vez de tratá-los isoladamente. Todos os três precisam ser totalmente integrados, não tratados separadamente se nós formos lidar com a crise global de segurança alimentar. É hora de adotar uma segunda revolução ecológica - uma “revolução sempre verde” - que duplique a produtividade, mas cresça a partir dos princípios de sustentabilidade;

---

<sup>56</sup> Site PNUMA (<http://www.pnuma.org.br>)

B) É hora de esforços globais audaciosos, inclusive o lançamento de uma grande iniciativa científica global, para fortalecer a interface entre ciência e política. Devemos definir, por meio da ciência, o que os cientistas chamam de “limites planetários”, “limites ambientais” e “pontos de inflexão”. Deve ser dada prioridade aos desafios atualmente enfrentados pelo ambiente marinho e a “economia azul”<sup>57</sup>.

<http://www.unep.org.br/admin/publicacoes/texto/gsp-integra.pdf>

## **Economia azul**

O conceito de economia azul, foi cunhado pelo empresário belga Gunter Pauli, em que o apresenta em seu livro “The Blue Economy – 10 years, 100 innovations, 10° Million Jobs”. A economia azul pretende o uso inteligente e aproveitamento total dos recursos naturais, gastando o menos possível. Baseia-se nos ciclos da natureza e na reutilização de seus recursos<sup>58</sup>.

Em relação a economia azul, Gunter Pauli responde, em entrevista: “O azul é a cor do mar e é a cor do planeta visto do alto. O azul é o todo. Traduzido em termos industriais, quer dizer voltar-se à eficiência da natureza, eliminar completamente os dejetos. O ciclo linear de produção, com as mineradoras de um lado e os aterros de outro, produz desperdícios quase insustentáveis. Usamos as leis da física, da química,

---

<sup>57</sup> Relatório do PNUMA “Povos resilientes, planeta resiliente: um futuro digno de escolha”

<sup>58</sup> [http://www.ressoar.org.br/dicas\\_sustentabilidade\\_economia\\_azul.asp](http://www.ressoar.org.br/dicas_sustentabilidade_economia_azul.asp)

da biologia para inventar novos processos que eliminem a poluição e se transformem também em um bom negócio”<sup>59</sup>.

Algumas práticas da economia azul já foram postas na Colômbia, Namíbia e Fiji, através do modelo do engenheiro sanitário George Chan. A biomassa usada se converte em meio para o crescimento de fungos e este se transforma em proteína para a alimentação do gado; as bactérias presentes no esterco do gado geram biogás em um digestor e um líquido resultante dessa operação é nutriente para as algas que promovem a criação do plâncton que se converte em alimento para os peixes e enriquece a água de irrigação.

No Brasil, o biólogo Jorge Alberto Vieira Costa foi um dos pioneiros na aplicação do conceito no país, que pesquisa as algas Spirulina para absorver o CO<sub>2</sub> da queima do carvão, produzir proteínas que podem ser utilizadas para alimentação e, além disso, serem transformadas em biocombustíveis<sup>60</sup>.

## **Economia verde**

Segundo site oficial do Programa da ONU para o Meio Ambiente, “Uma Economia Verde é descrita como uma economia que resulta em melhor qualidade de vida humana e equidade social, além da redução de riscos ambientais e escassez ecológica. Em outras palavras, podemos pensar em uma economia verde como uma ferramenta de baixa emissão de carbono, eficiência de recursos e inclusão social”. Coloca historicamente que: “A crise financeira global que teve início em 2007, e

---

<sup>59</sup> <http://www.ecodebate.com.br/2010/06/08/os-segredos-da-economia-azul-entrevista-com-gunter-pauli/>

<sup>60</sup> <http://www.ceneducursos.com.br/a-economia-azul.html>

perdura nos dias de hoje, é considerada, por muitos economistas, como a pior crise financeira desde a Grande Depressão de 1929. Uma das principais lições que podemos tirar dessa experiência é que a forma habitual de gestão da economia já não é mais conveniente. A nova Economia Verde é, portanto, uma alternativa apropriada e uma maneira mais sustentável de fazer negócios”<sup>61</sup>.

Pretende-se impor a economia verde em todo o mundo, o que se encontra presente em inúmeros discursos.

O Escritório do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, PNUMA, no Brasil, afirmou que a economia verde é uma grande oportunidade para o crescimento dos países.

Segundo a nova chefe do PNUMA, Denise Hamú, a economia verde precisa do apoio do setor privado para ganhar mais força entre outras áreas do espaço de produção. "A economia verde é uma grande oportunidade. A economia verde vai ter que ter inúmeras caras e sair do círculo dos convertidos à causa ambiental para que ela se amplie mais neste discurso e inclua outros atores fundamentais como aqueles das áreas econômicas de todos os governos do mundo," afirma<sup>62</sup>.

De acordo com relatório anual do PNUMA sobre as tendências de investimento em energia renovável, houve aumento de 32% dos investimentos em energia verde em todo o mundo. Em 2010 foram investidos 211 bilhões de dólares. Sendo a China, líder de investimentos com 28,9 bilhões de dólares<sup>63</sup>.

---

<sup>61</sup> Relatório Economia Verde – Síntese para os tomadores de opinião. PNUMA, 2011.

<sup>62</sup> <http://www.unmultimedia.org/radio/portuguese/2011/10/pnuma-no-brasil-defende-economia-verde-como-oportunidade/>

<sup>63</sup> [http://www.pnuma.org.br/comunicados\\_detalhar.php?id\\_comunicados=147](http://www.pnuma.org.br/comunicados_detalhar.php?id_comunicados=147)

Em relatório do PNUMA de 2011, “Rumo a uma Economia Verde – Síntese para tomadores de opinião”, para o setor privado, a passagem para uma economia verde envolveria entender e aproveitar a verdadeira oportunidade representada pela relação a um número de setores chave, e responder à reformas políticas e aos sinais dos preços através de níveis cada vez mais altos de financiamento e investimento.

O relatório coloca, ainda na introdução, o problema do uso inadequado do capital. É citada a crise de 2008 do capital e o aumento da demanda de energia, além da dependência do petróleo e combustíveis fósseis, que faz com a economia mundial sofra para crescer.

A preocupação com alimentos e água para toda a população que em 2050 será de 9 bilhões, representa medo e grande interesse na promoção de prosperidade em todo o mundo. Destaca-se a importância de atingir os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, na redução da pobreza-extrema, que estão agravando problemas sociais persistentes, tais como desemprego, insegurança socioeconômica e pobreza; e ameaçando a estabilidade social<sup>64</sup>.

De acordo com o relatório, o conceito de economia verde se baseia quase que inteiramente na obtenção do modelo certo de economia.

No tópico que trata da transição da chamada economia marrom para a economia verde, tem-se que a transição para uma economia verde vai variar consideravelmente entre nações, pois esta depende das especificidades de capital humano e natural de cada país e de seu nível relativo de desenvolvimento<sup>65</sup>.

---

<sup>64</sup> Relatório Economia Verde – Síntese para os tomadores de opinião. PNUMA, 2011.

<sup>65</sup> Idem.

Em relação à equidade e geração de novos empregos, o relatório afirma que as políticas voltadas para pequenas e médias empresas são significativas por contarem com grande parte dos empregos e abertura de postos de trabalhos na maioria dos países. A alocação de um mínimo de 1% do PIB mundial para o aumento da eficiência de energia e a expansão do uso de energia renovável criará empregos adicionais, ao mesmo tempo que oferecerá energia competitiva<sup>66</sup>.

Em relação às futuras intervenções, o relatório fala sobre o treinamento das novas condutas sustentáveis na transição para a economia verde. “No setor pesqueiro, por exemplo, os pescadores podem ter que ser treinados para meios alternativos de subsistência, que poderiam incluir a participação na reconstrução das reservas de peixes. O investimento na requalificação dos trabalhadores também pode ser necessário. Na Alemanha, por exemplo, as indústrias de energia renovável têm vivido a falta de trabalhadores qualificados. Na verdade, em quase todos os subsectores energéticos há falta de mão-de-obra qualificada, com a falta mais acentuada nos setores hídrico, de biogás e de biomassa”<sup>67</sup>.

Fala-se também de uma estrutura regulatória a ser posta afim de criar novas normas e rígidas jurisdições como facilitador às novas práticas. “Uma boa estrutura regulatória pode definir os direitos e criar incentivos que conduzam à atividade econômica verde, bem como removam as barreiras para os investimentos verdes. Uma estrutura regulatória pode regulamentar as formas mais prejudiciais de comportamentos insustentáveis criando padrões mínimos ou proibindo inteiramente determinadas atividades. Além disso, uma estrutura regulamentar adequada reduz os riscos

---

<sup>66</sup> Idem.

<sup>67</sup> Idem.

regulamentares e empresariais, e aumenta a confiança dos investidores e mercados [...] Medidas de comando e controle podem oferecer soluções de menor custo em alguns casos. Enquanto os instrumentos que se baseiam no mercado têm uma merecida reputação de eficiência, em algumas situações as medidas de comando e controle podem oferecer uma solução de menor custo [...] Dependendo da situação, as medidas de comando e controle podem ser administrativamente mais fáceis de se implantar e podem representar menos desafios políticos [...] As normas podem ser instrumentos eficazes para se atingir os objetivos ambientais e capacitar os mercados em bens e serviços sustentáveis<sup>68</sup>.

Já, no relatório produzido pelo PNUMA em parceria com a SustainAbility e a GlobeScan, “O argumento comercial para a economia verde: retorno sustentável do investimento”, é publicado diretamente para empresas e investidores, usa dados econômicos e científicos convincentes, além de estudos de casos da vida real para demonstrar as vantagens da economia verde. O relatório afirma que empresas em transição para a economia verde já estão colhendo frutos no valor de centenas de milhões de dólares em economia e alto retorno sobre o investimento e ao mesmo tempo beneficiando os consumidores, comunidades e o meio ambiente<sup>69</sup>.

De acordo com o relatório, as empresas que investem em inovação sustentável para aumentar a eficiência dos recursos e operações responsáveis antecipando-se aos marcos regulatórios estão conseguindo uma vantagem competitiva, posicionando-se de modo a capturar os principais mercados da próxima década.

---

<sup>68</sup> Idem.

<sup>69</sup> [http://www.unep.org/pdf/Business\\_Case-16June-Newsdesk-Draft\\_PR\\_PT-BR.pdf](http://www.unep.org/pdf/Business_Case-16June-Newsdesk-Draft_PR_PT-BR.pdf)

Segundo o subsecretário da ONU e diretor executivo do PNUMA, Achim Steiner, “Muitas empresas já estão aproveitando as oportunidades oferecidas pela transição para uma economia verde inclusiva. Nessa economia, a eficiência dos recursos e a baixa emissão de carbono são a regra, e não a exceção. De fato, as empresas pioneiras já estão colhendo os resultados e se encaminhando para o sucesso sustentável que beneficia seus clientes e comunidades.”<sup>70</sup>”

Juntamente à economia verde, tem-se o termo “empregos verdes”. Segundo reportagem da revista *IstoÉ*, a Organização Internacional do Trabalho e o PNUMA, afirmam que de 15 a 60 milhões de novos empregos verdes devem ser gerados nas próximas décadas. Apenas no Brasil, já são três milhões de trabalhadores que de alguma forma contribuem para um mundo mais limpo e ecologicamente estável, o que representa 7% dos empregos formais no País. Sustentam também que o setor tem crescido tanto que no ano passado foi criada no Brasil a Associação Brasileira dos Profissionais de Sustentabilidade (Abraps). De acordo com o idealizador e dirigente da entidade, Marcus Nakagawa, esses profissionais podem ser encontrados tanto nas grandes empresas como nas pequenas iniciativas. “De um lado, podemos ter um negócio social que leva em consideração as questões ambientais e econômicas. De outro, mineradoras que fazem todo um esforço de gestão com a comunidade. Em ambos precisaremos de profissionais preparados para coordenar uma efetiva mudança social e ambiental”, diz<sup>71</sup>.

Segundo o Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-moon, o progresso na luta contra a pobreza falhará se as pessoas não forem postas no centro das políticas de

---

<sup>70</sup> Idem.

<sup>71</sup> [http://www.istoe.com.br/reportagens/212222\\_EMPREGO+VERDE](http://www.istoe.com.br/reportagens/212222_EMPREGO+VERDE)

desenvolvimento e nas estratégias econômicas de recuperação da crise financeira global. “É preciso investir nas pessoas e na economia verde para erradicar a pobreza”, afirma<sup>72</sup>.

Em 2012, o PNUMA criou relatório sobre como medir progressos na economia verde. O estudo “Medir o Progresso para uma Economia Verde Inclusiva”, publicado na Conferência Rio+20, detalha indicadores que podem ser usados por políticos para formular e controlar o impacto de seus projetos de economia verde, incluindo as áreas de mudança climática, eficiência de recursos, investimento verde, emprego e saúde. O estudo também aponta índices para as nações interessadas na promoção do desenvolvimento sustentável, como o Sistema das Nações Unidas de Contabilidade Ambiental e Econômica (SEEA)<sup>73</sup>.

Pode se observar a construção de novos controles, monitoramentos baseados numa produção incessante de verdades e que captura a todos; inclui todos. Até quem pretende promover as novas práticas de paz, sustentabilidade e prosperidade estão sujeitos à normas, regulamentações e julgamentos que se pretendem globais e cada vez mais rígidos.

Diante da Conferência Rio+20, realizada em 2012 no Rio de Janeiro, o diretor executivo do PNUMA afirma “É hora de um acordo global”<sup>74</sup>.

Separa-se globalmente condutas corretas, do cidadão que merece a execução de direitos, e a conduta recriminável, que ultrapassa o âmbito econômico e político e se internaliza cada vez mais intensamente em diferentes práticas humanas.

---

<sup>72</sup> <http://www.onu.org.br/ban-ki-moon-e-preciso-investir-nas-pessoas-e-na-economia-verde-para-erradicar-a-pobreza/>

<sup>73</sup> <http://www.onu.org.br/pnuma-lanca-publicacao-sobre-como-medir-progresso-na-economia-verde/>

<sup>74</sup> <http://planetasustentavel.abril.com.br/noticia/ambiente/entrevista-diretor-pnuma-achim-steiner-acordo-global-677167.shtml>

Pretende-se a completa substituição do “marrom” pelo “verde”. O verde gera paz, gera desenvolvimento, harmonia e tolerância. Segundo o Relatório “Economia Verde – Síntese para os tomadores de opinião”, a economia verde se desenvolve mais rapidamente que a marrom, enquanto mantém e restabelece o capital natural”<sup>75</sup>.

Segundo Michel Foucault, “O direito, é preciso examiná-lo, creio eu, não sob o aspecto de uma legitimidade a ser fixada, mas sob o aspecto dos procedimentos de sujeição que ele põe em prática”<sup>76</sup>.

A paz hoje é a voz do mercado. Os jogos de interesses não cessam e pretendem-se perpétuos diante de uma globalização segura e de plenos direitos. Não há prevenção ou monitoramento que assegure a pacificação. Há sempre algo que escapa.

## Referências Bibliográficas

AUGUSTO, Acácio. “Penalizações a céu aberto, uma política planetária” in *Revista Ecológica*, n. 4, São Paulo, Nu-Sol, 2012

CARNEIRO, Beatriz. “A construção do dispositivo meio ambiente” in *Revista Ecológica*, n 4, São Paulo, Nu-Sol, 2012.

HAMANN, Trent. “Neoliberalismo, governamentalidade e ética” in *Revista Ecológica*, n 3, São Paulo, Nu-Sol, 2012.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. São Paulo, Martins Fontes, 2010

FOUCAULT, Michel, *Microfísica do Poder*. Tradução de Roberto Machado, Rio de Janeiro, Ed. Graal, 1979.

---

<sup>75</sup> Relatório Economia Verde – Síntese para os tomadores de opinião. PNUMA, 2011.

<sup>76</sup> FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. São Paulo, Martins Fontes, 2010, p. 24.

FOUCAULT, Michel. “Nascimento da biopolítica”, São Paulo, Martins Fontes, 2004,

MALETTE, Sébastien, Foucault para o próximo século: ecogovernamentalidade, *in Revista Ecológica*, 2011.

OLIVEIRA, Saete. “Tolerar, julgar, abolir” *in Tolerância e o Intempestivo*, São Paulo, Atelie, 2005

PASSETTI, Dorothea. “Intolerável tolerância intolerante” *in Tolerância e o Intempestivo*, São Paulo, Atelie, 2005

PASSETTI, Edson. “Segurança, confiança e tolerância: comandos na sociedade de controle” *in São Paulo Perspectiva v. 18*, São Paulo, 2004

PROUDHON, Pierre-Joseph. "A Guerra e a Paz" *in Verve*, n. 19, São Paulo, Nu-Sol, 2011

RODRIGUES, Thiago. “Segurança planetária: entre o climático e o humano”, *n 3*, São Paulo, Nu-Sol, 2012.

VON, Cristina. *O que os indivíduos, grupos, escolas e organizações podem fazer para a paz no mundo*. São Paulo, Petrópolis, 2006

Relatório de Desenvolvimento Humano. PNUD, 2011.

Relatório “Economia Verde – Síntese para os tomadores de opinião”. PNUMA, 2011

Relatório do PNUMA “Povos resilientes, planeta resiliente: um futuro digno de escolha”.

Declaração Universal dos Direitos Humanos. Organização das Nações Unidas, 1948

## Sites

Site PNUMA (<http://www.unep.org>).

Site Bayer (<http://www.bayer.com.br>).

Site ONU (<http://www.onu.org.br>).

Site PNUD (<http://www.pnud.org.br/>).

Site UNESCO (<http://www.unesco.org>).

Site segurança com cidadania. (<http://segurancacomcidadania.org>).

## Notícias

ABRIL – Planeta sustentável. Achim Steiner: ‘é hora de um acordo global’. 15, 02, 2012.

ECODEBATE. Os segredos da economia azul. Entrevista com Gunter Pauli. 08, 06, 2010.

ISTOÉ. Estudo da ONU mostra que mudança para uma economia sustentável pode gerar até 60 milhões de novos postos de trabalho no mundo; no Brasil, já há três milhões de profissionais que protegem o planeta. 07, 06, 2012.

PNUD. Brasil terá escola nacional de mediação e resolução de conflitos. 21, 08, 2012.

PNUD. Empresas se comprometem a melhorar a vida de mais de 34 milhões de pessoas. 27, 09, 2012.

PNUD. Microcrédito ajuda Objetivos do Milênio. 30, 09, 2004.

PNUD. ONU: 60 maneiras para melhorar o mundo. 14, 10, 2005.

PNUD. Programa apoiará jovens empreendedores. 23, 05, 2005.

PNUD. Projeto ensina jovem a usar microcrédito. 18, 10, 2006.

PNUD. Recife estimula pobre a ser empreendedor. 11, 01, 2007.

PNUD. Violência tem custo crescente na vida das pessoas e ameaça economia do Caribe. 09, 02, 2012.

PNUMA. Iniciativas da Colômbia, da Índia e do Quênia estão entre as vencedoras do Desafio do WED de 2012. 02, 08, 2012.

PNUMA. PNUMA anuncia os jovens vencedores do Concurso Global de Arte e Meio Ambiente. 18, 07, 2012.

PNUMA. Investimentos Globais em Energia Verde aumentaram 32%. 08, 07, 2011.

PNUMA. PNUMA se une à Campanha “7 Bilhões de Ações” para mostrar as oportunidades e desafios desse marco populacional. 07, 10, 2011.

PNUMA. Estão abertas as inscrições para o 22º Concurso Internacional de Pintura Infantil sobre o Meio Ambiente. 06, 11, 2012.

ONU. Ban Ki-moon: É preciso investir nas pessoas e na economia verde para erradicar a pobreza. 17, 10, 2011.

ONU. Conferência Internacional TUNZA da Juventude sobre Meio Ambiente encerra inscrições dia 15. 04, 12, 2012.

ONU. Dia Mundial da Água – 22 de março de 2012. 22, 03, 2012.

ONU. Em Dia Internacional, Secretário-Geral da ONU ressalta vínculos entre paz e preservação do meio ambiente. 06, 11, 2012.

ONU. ONU lança campanha 'Eu sou Nós' para sociedade brasileira participar da Rio+20. 14, 05, 2012.

ONU. ONU: Manejo correto da água é vital para economia verde. 07, 10, 2011.

ONU. PNUMA lança publicação sobre como medir progresso na economia verde. 03, 12, 2012.

ONU. PNUMA no Brasil defende economia verde como oportunidade. 10, 10, 2011.

SEGURANÇA COM CIDADANIA. Agentes de Comunicação para o Desenvolvimento debatem sobre segurança e juventude. 07, 10, 2012.

SEGURANÇA COM CIDADANIA. Projetos estimulam jovens a atuar como "agentes da paz". 20, 09, 2012.

SEGURANÇA COM CIDADANIA. Conflitos religiosos: como mediá-los?. 29, 11, 2012.

SEGURANÇA COM CIDADANIA. "Nos tornamos homens fardados mais humanos", diz policial militar durante certificação do Programa Conjunto em Lauro de Freitas. 18, 12, 2012.

UNESCO. Mensagem sobre o Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza. 15, 10, 2012.

REVISTA VEJA. Gisele Bündchen convoca brasileiros para participar do Dia Mundial do Meio Ambiente. 27, 04, 2012.

